

À Divisão de Patrimônio compete:

I - Propor e gerenciar políticas de gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário da UFVJM;

II - Planejar, coordenar e gerenciar as atividades e procedimentos da Divisão;

III - Gerenciar os registros e movimentações dos bens patrimoniais mobiliários e imobiliários;

IV - Gerenciar o inventário físico dos bens patrimoniais, em atendimento à legislação vigente;

V - Promover políticas de conscientização sobre a gestão patrimonial;

VI - Propor políticas, procedimentos e tramitar os processos para o recebimento de doações de bens patrimoniais e serviço realizado por outros órgãos alheios à UFVJM;

VII - Propor políticas, procedimentos e tramitar os processos para as doações de bens patrimoniais e serviço realizadas pela UFVJM à outros órgãos;

VIII - Zelar para que as atividades sejam desenvolvidas de acordo com a legislação estabelecida pelos órgãos de controle e fiscalização;

IX - Elaborar e auxiliar na elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP),

indicando as necessidades de capacitação para as Unidades;

X - Atender as demandas de materiais e serviços necessários a serem adquiridos para o bom desempenho das atividades da Unidade;

XI - Planejar a aquisição de materiais de consumo, equipamentos e softwares necessários ao desempenho das atividades da Unidade;

XII - Elaborar e encaminhar sugestões de cursos de capacitação dos servidores lotados na Unidade;

XIII - Zelar pelos equipamentos, máquinas, materiais permanentes ou de consumo, lotados na Unidade;

XIV - Coordenar a atribuição e execução das solicitações de serviço encaminhadas aos setores pertencentes à Unidade;

XV - Controlar as atividades de pessoal da Unidade e suas atividades;

XVI - Coordenar a distribuição e/ou redistribuição dos servidores, lotados nas Unidades, em razão das especificidades e necessidades;

XVII - Apoiar e auxiliar na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e Planejamento Estratégico Institucional, e monitorar as metas dos mesmos, dentro das competências da Unidade;

XVIII - Propor ações destinadas à melhoria da eficiência, eficácia e efetividade das tarefas dos servidores das Unidades;

XIX - Atuar de forma integrada com os demais setores da Administração Superior;

XX - Elaborar e propor políticas e diretrizes para o bom andamento das atividades da Unidade, bem como subsidiar o mapeamento dos processos;

XXI - Orientar os responsáveis pelas unidades e/ou setores que lhe são subordinadas;

XXII - Receber o público, prestando as informações e orientações sempre que solicitado, encaminhando ao local pretendido;

XXIII - Realizar estudos em conjunto com as unidades e/ou setores objetivando o aprimoramento de rotinas e processos das atividades desenvolvidas;

XXIV - Orientar, acompanhar, supervisionar e controlar a aplicação de recursos financeiros sob sua responsabilidade, estimulando ações para o uso racional e destinação sustentável dos recursos utilizados na execução das atividades de aquisição de materiais, controle de pessoal, registro e movimentação de bens e serviços gerais;

XXV - Participar das ações de governança e gestão da instituição;

XXVI - Praticar os demais atos inerentes à área de atuação da Unidade.

Principais legislações sobre bens móveis:

[Constituição Federal de 1988](#) , em especial os artigos 70 e 71.

[Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) , que estabelece o Código Penal.

[Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967](#) , que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

[Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#) , que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

[Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#) , que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.

[Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#) , que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

[Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016](#) , que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.

[Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) , Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

[Lei nº 14.479, de 21 de dezembro de 2022](#) , que institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão.

[Decreto nº 99.509, de 5 de setembro de 1990](#) , que veda contribuições com recursos públicos, em favor de clubes e associações de servidores ou empregados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

[Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018](#) , que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019](#) , que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG.

[Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019](#) , que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Decreto nº 10.314, de 6 de abril de 2020](#) , que altera o Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Decreto nº 10.340, de 6 de maio de 2020](#) , que altera o Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Decreto nº 10.667, de 5 de abril de 2021](#) , que altera o Decreto nº 9.764, de 11 de abril de

2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021](#) , que regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

[Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022](#) , que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

[Instrução Normativa nº 142, de 5 de agosto de 1983](#) , que orienta os órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) quanto a aplicação harmônica dos preceitos legais.

[Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1988](#) , que estabelece normas sobre a gestão de materiais na Administração Federal.

[Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002](#) , que divulga o detalhamento das naturezas de despesas.

[Instrução Normativa nº 11, de 29 de novembro de 2018](#) , que dispõe sobre ferramenta informatizada de disponibilização de bens móveis inservíveis para fins de alienação, de cessão e de transferência no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional - Reuse.Gov.

[Instrução Normativa nº 6, de 12 de agosto de 2019](#) , que regulamenta o Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Instrução Normativa nº 96, de 2 de outubro de 2020](#) , que altera a Instrução Normativa nº 6, de 12 de agosto de 2019, que regulamenta o Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Portaria nº 232, de 2 de junho de 2020](#) , que institui o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo federal, e dá outras providências.

[Portaria nº 4.378, de 11 de maio de 2022](#) , que altera a Portaria nº 232, de 2 de junho de 2020, que institui o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo federal.

[Portaria nº 963, de 12 de maio de 2023](#) , que regulamenta a transferência patrimonial no âmbito da UFVJM.

Principais legislações sobre imóveis:

[Constituição Federal de 1988.](#)

[Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) , que estabelece o Código Penal.

[Decreto-Lei nº 3.437, de 17 de abril de 1941](#) , dispõe sobre o aforamento de terrenos e a construção de edifícios em terrenos das fortificações.

[Decreto-Lei nº 3.438, de 17 de julho de 1941](#) , que esclarece e amplia o Decreto-Lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940.

[Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946](#) , que dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.

[Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#) , que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

[Lei nº 4.804, de 20 de outubro de 1965](#) , que dispõe sobre demolições e reconstruções de benfeitorias, em próprio nacional, e dá outras providências.

[Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967](#) , que dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.

[Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973](#) , que regula o procedimento para o registro da propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.

[Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973](#) , que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

[Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974](#) , que dispõe sobre a alienação de bens imóveis de instituições federais de ensino e dá outras providências.

[Lei nº 6.282, de 09 de dezembro de 1975](#) , que prorroga o prazo estabelecido no artigo 1º da Lei nº 5.972 de 11 de dezembro de 1973, que regula o procedimento para o registro de propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.

[Lei nº 1.537, de 13 de abril de 1977](#) , que isenta do pagamento de custas e emolumentos a prática de quaisquer atos, pelos Ofícios e Cartórios de Registros de imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e de Notas, relativos às solicitações feitas pela União.

[Decreto-Lei nº 1.561, de 13 de julho de 1977](#) , que dispõe sobre a ocupação de terrenos da União e dá outras providências.

[Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979](#) , que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

[Lei nº 6.739, de 05 de dezembro de 1979](#) , que dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais e dá outras providências.

[Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981](#) , que dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.

[Lei nº 6.987, de 13 de abril de 1982](#) , que dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União e das entidades da Administração Federal Indireta, e dá outras providências.

[Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987](#) , que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.

[Decreto-Lei nº 2.422, de 30 de março de 1988](#) , que dispõe sobre o prazo para inscrição de ocupação de imóveis da União e dá outras providências.

[Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#) , que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.

[Lei nº 9.491, de 09 de setembro de 1997](#) , que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

[Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998](#) , que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

[Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001](#) , que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

[Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007](#) , que dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.

[Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015](#) , que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nº s 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.

[Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020](#) , que aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União; altera as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.636, de 15 de maio de 1998, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 13.259, de 16 de março de 2016, e 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, e o Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; revoga dispositivos das Leis nos 9.702, de 17 de novembro de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007, e 13.874, de 20 de setembro de 2019; e dá outras providências.

[Decreto nº 99.672, de 6 de novembro de 1990](#) , que dispõe sobre o Cadastro Nacional de Bens Imóveis de propriedade da União e dá outras providências.

[Decreto nº 980, de 11 de novembro 1993](#) , que dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União a agentes políticos e servidores públicos federais, e dá outras providências.

[Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999](#) , que delega competência ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para a prática dos atos que menciona, e dá outras providências.

[Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001](#) , que regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.

[Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018](#) , que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União.

[Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019](#) , que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG.

[Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020](#) , que institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, e remaneja, em caráter temporário, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE para o Ministério da Economia.

[Decreto nº 11.208, de 26 de setembro de 2022](#) , que dispõe sobre o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e sobre o Cadastro Imobiliário Brasileiro e regula o compartilhamento de dados relativos a bens imóveis.

[Instrução Normativa nº 2, de 2 de maio de 2017](#) , que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização.

[Instrução normativa nº 5, de 28 de novembro de 2018](#) , que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização.

[Portaria conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020](#) , que estabelece prazos para a atualização cadastral das informações referentes a ocupação dos imóveis de uso especial utilizados pela União, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, próprios ou de terceiros, no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União - SPIUNet.

[Portaria nº 19.837, de 25 de agosto de 2020](#) , que regulamenta os critérios e procedimentos de homologação dos laudos de avaliação de imóveis da União ou de seu interesse, quando realizados por terceiros.

[Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020](#) , que estabelece prazos para a atualização cadastral das informações referentes a ocupação dos imóveis de uso especial utilizados pela União, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, próprios ou de terceiros, no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União - SPIUNet.

[Instrução Normativa nº 87, de 1º de setembro de 2020](#) , que dispõe sobre os atos administrativos, fiscalizatórios, e de gestão e contratos, estabelecendo procedimentos inerentes aos processos de cessões de uso, nos regimes gratuito, oneroso ou em condições especiais de imóveis e áreas de domínio e propriedade da União, e dá outras providências.

[Portaria Conjunta nº 28, de 24 de março de 2021](#) , que altera a Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020.

[Instrução normativa SPU/ME nº 67, de 20 de setembro de 2022](#) , que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos para cobrança em razão de sua utilização.

[Portaria conjunta STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2023](#), que dispõe sobre mensuração, atualização, reavaliação e depreciação de bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a serem cadastrados nos sistemas corporativos da Secretaria de Patrimônio da União.

Informações complementares:

- [Reuse UFVJM](#)
- [Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial – SPIUNET](#)
- [Sistema de Doações do Governo Federal](#)
- [Secretaria do Patrimônio da União \(SPU\)](#)
- [Sistema Integrado de Gestão Patrimonial](#)
- [Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis \(SISREI\)](#)
- [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\)](#)